

PEExt no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.832 - RJ (2019/0056170-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
REQUERENTE : RAPHAEL DE SOUZA SANTOS
ADVOGADO : JUAREZ GOMES DO NASCIMENTO - RJ029838
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRENTE : IGOR DE PAULA COUTO CERQUEIRA (PRESO)
ADVOGADO : CLOVIS PINTO DE SOUZA NETO - RJ163353
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

PEDIDO DE EXTENSÃO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. DEFERIDO O BENEFÍCIO DE RECORRER EM LIBERDADE AO CORRÉU. IDENTIDADE DE SITUAÇÕES. APLICAÇÃO DO ART. 580 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. POSSIBILIDADE. PEDIDO DEFERIDO.

DECISÃO

Trata-se de pedido de extensão requerido por RAPHAEL DE SOUZA SANTOS no qual se pleiteia a extensão dos efeitos do recurso ordinário em *habeas corpus* provido em favor do Corréu IGOR DE PAULA COUTO CERQUEIRA, em 09/04/2019, nos termos do acórdão da Sexta Turma, assim ementado:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIENTE SENTENÇA QUE NEGA O APELO EM LIBERDADE SEM AGREGAR NOVOS FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. FUNDAMENTOS PARA A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. LIMINAR DEFERIDA. RECURSO PROVIDO.

1. *O recurso ordinário em habeas corpus que questiona o decreto de prisão preventiva não se encontra prejudicado, pela superveniência de novo título, quando a sentença penal condenatória mantém a constrição cautelar sem agregar fundamentos novos.*

2. *No caso, as instâncias ordinárias deixaram de consignar fatos pelos quais a soltura do Acusado representaria perigo para a aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal, ou para a segurança da própria coletividade (ordem pública). Em verdade, afirmar que o Réu em liberdade continuará delinquindo ou que as vítimas ficarão temerosas para depor, na espécie, não passa de suposição. No âmbito das cautelares no Processo Penal, o juízo é de risco, mas amparado em fatos ocorridos.*

3. *Ademais, a jurisprudência desta Corte Superior não admite que a prisão preventiva seja amparada na mera gravidade*

abstrata do delito, por entender que elementos inerentes aos tipos penais, apartados daquilo que se extrai da concretude dos casos, não conduzem a um juízo adequado acerca da periculosidade do agente.

4. *Recurso ordinário em habeas corpus provido, confirmando a liminar, para que possa o Recorrente responder ao processo em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo de nova decretação da prisão preventiva, se concretamente demonstrada sua necessidade cautelar, ou de imposição de medida alternativa, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal" (fls. 286-287; sem grifos no original).*

Alega-se, em suma, que a situação fático-processual do Requerente é idêntica a do Corrêu e, ainda, não foi exaurida a instância ordinária.

Nestes autos, deferi pedido de extensão em favor do Corrêu IAN MORAES DINIZ (fls. 302-304).

É o relatório. Decido.

Cinge-se a controvérsia a saber se o Requerente se encontra ou não na mesma situação fático-processual do Corrêu IGOR DE PAULA COUTO CERQUEIRA, ao qual foi deferido o benefício de responder ao processo em liberdade.

No ponto, a Sexta Turma considerou que o decreto preventivo era inidôneo, por não haver consignação de elementos concretos extraídos dos autos para justificar a segregação cautelar. Vejamos:

"[...] verifico patente ilegalidade, pois o Juízo de primeira instância, no que foi acompanhado pelo Tribunal estadual, ao decretar a prisão preventiva, limitou-se a tecer considerações jurídicas divorciadas de elementos concretos. Confirma-se:

*'Considerando que estão presentes os requisitos do art 41 do CPP e considerando que estão ausentes as hipóteses dg art 395 do CPP, RECEBO A DENÚNCIA oferecida em face de Cláudio Henrique Pereira da Silva Júnior, Igor de Paula Couto Cerqueira, Ian Moras Diniz e Raphael de Souza Santos pela prática do crime previsto no art 157, § 2º, I e II do CP. Citem-se. Defiro as diligências requeridas poro MP a fls. 34. Oficiem-se. Passo a enfrentar o pedido de prisão preventiva formulado pelo Ministério Público em desfavor dos acusados, acolhendo-o por entender necessária a segregação cautelar pelos seguintes motivos: **GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.** As circunstancias noticiadas na denúncia revelam que os réus parecem acreditar que não existem normas legais em vigor a serem obedecidas. Isso porque eles agiram de forma absolutamente reprovável, trazendo a convicção no sentido de que as pessoas de bem de nossa sociedade - que se preocupam em agir na forma da lei - devam ser preservadas do contato com*

os réus. Ademais, também as circunstâncias destacadas na inicial trazem o convencimento de que os réus, em liberdade, continuarão delinquindo, o que não se pode admitir. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. Os fatos narrados na denúncia demonstram que a instrução judicial ficará gravemente comprometida se os réus permanecerem em liberdade. É que as vítimas certamente ficarão temerosas para depor em juízo, sendo certo que a liberdade dos acusados funcionará como verdadeiro incentivo para que não venham aos autos as informações necessárias ao esclarecimento de toda a dinâmica criminosa. Veja-se que um dos réus foi reconhecido em sede policial pela vítima. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. Nada há nos autos capaz de comprovar o vínculo dos imputados com o distrito da culpa. Portanto, a gravidade da acusação, por si só, funcionará como estímulo no sentido de que eles evitem o processo criminal, o que não se pode conceber. Dai por que, também por este fundamento, é necessária a sua segregação' (fl. 131; sem grifos no original).

Como se vê, as instâncias ordinárias deixaram de consignar fatos pelos quais a soltura do flagrado representaria perigo para a aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal, ou para a segurança da própria coletividade (ordem pública).

Em verdade, afirmar que o Réu em liberdade continuará delinquindo ou que as vítimas ficarão temerosas para depor, na espécie, não passa de suposição. No âmbito das cautelares no Processo Penal, o juízo é de risco, mas amparado em fatos ocorridos." (fls. 292-293; grifos no original.)

Portanto, a situação fático-processual é idêntica. Isso porque, no decreto de custódia cautelar, as generalizações consignadas para amparar a medida extrema – consideradas inidôneas pela Sexta Turma – são as mesmas para todos os Acusados.

Desse modo, encontrando-se os Corréus na mesma situação fático-processual, cabe, a teor do Princípio da Isonomia e do art. 580 do Código de Processo Penal, deferir pedido de extensão de julgado benéfico obtido por uma delas.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido de extensão ao Requerente RAPHAEL DE SOUZA SANTOS para que possa responder ao processo em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação da prisão preventiva, se concretamente demonstrada sua necessidade cautelar, ou de imposição de outras medidas alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo

Penal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

